RELATÓRIO DE GESTÃO 2022



SICOOB
Coopjus

SUMÁRIO

1 Sobre o Sicoob coopjus

2 Gente Sicoob

3 Eventos e Ações

4 Pesquisa de Satisfação

5 Parecer do Conselho Fiscal

6 Prestação de Contas

7 Relatório de Administração

8 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

9 Relatório de Auditoria



@sicoobcoopjus

@SicoobCoopjus

/SicoobCoopjusBH

(31) 2129-8585

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Vencemos mais um ano, em que pesem os vários fatores políticos e econômicos vivenciados por nós. E apesar de ainda convivermos com os reflexos da pandemia de Covid-19, que assolou o mundo e surpreendeu com os seus efeitos devastadores, com a união de todos e o grande empenho e dedicação da comunidade cientifica, estamos conseguindo superar aqueles momentos mais difíceis, o que tem possibilitado a retomada à normalidade de nossas vidas.

Os cuidados com a segurança e proteção aos nossos colaboradores permitiu o retorno presencial em nosso ambiente de trabalho, as visitas aos Tribunais e demais Órgãos integrantes de nossa base de atuação, de forma que voltamos a ficar mais próximos dos nossos cooperados.

Em abril reinauguramos um novo Posto de Atendimento no Barro Preto, em Belo Horizonte, para maior conforto de nossos cooperados, retomando o atendimento de forma humanizada e personalizada. Essa foi uma conquista de todos, que uniram esforços para oferecer o melhor atendimento e prestação de serviços para nossos associados e um ambiente de trabalho mais saudável para todos. Apesar das dificuldades que continuam a afetar o mercado, os empregos, o consumo, os resultados operacionais das empresas, os desafios foram sendo superados, e estamos encarando com coragem os novos que se apresentam, atentos sempre ao propósito de buscar ser a principal instituição financeira para nossos cooperados, guiados pela missão de oferecer soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio da cooperação e pela Visão de ser a principal instituição financeiras dos associados e referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvendo econômico e social dos cooperados e das comunidades onde atuamos.

Contudo, o mundo está mudando, seja na forma de trabalho, nos relacionamentos sociais, nos ambientes de negócios, nos formatos empresariais, nos meios econômicos, no acirramento da concorrência, transformações que vem exigindo de todos novas posturas.

Frente a esses desafios, o Sicoob Coopjus também sentiu que precisava inovar e entendeu que esse seria o momento para expandir nossa base de atuação. Assim, convocamos a Assembleia Geral Extraordinária e propusemos a alteração estatutária para nós tornar “Livre Admissão”, decisão que contou com a compreensão e entendimento dos nossos cooperados, frente a necessidade de crescimento que se apresentava. Ampliamos, dessa forma, nossa atuação em relação ao público de Belo Horizonte, e, em âmbito nacional, no tocante aos integrantes dos Órgãos e Entidades do Poder Judiciário, das Funções Essenciais à Justiça, do Poder Executivo e do Poder Legislativo, todos da União.

É importante ressaltar que fazemos parte hoje do maior sistema financeiro cooperativo atuante no Brasil, que é o sistema Sicoob, que oferece aos associados todos os serviços que um banco tradicional oferece aos clientes, ou seja, conta corrente, crédito, investimento, cartões, previdência, consórcio, seguros, cobrança bancária, adquirência de meios eletrônicos de pagamento, além de outros, com uma importante diferença: cooperativa não é banco; é uma instituição financeira em que o cooperado tem voz, participa das decisões, é o cliente e também um dos proprietários, e tem a possibilidade de auferir retorno dos resultados ao final de cada exercício, na proporção dos serviços da cooperativa por ele utilizados.

O cooperativismo é sinônimo de tratamento igualitário, igualdade, respeito e ajuda mútua. O Sicoob Coopjus tem trabalhado para disseminar o propósito do cooperativismo para um número cada vez mais pessoas, buscando fomentar a inclusão e a educação financeira.

Continuaremos empenhados em oferecer os melhores produtos e serviços, além do atendimento personalizado aos nossos cooperados, atentos aos direcionadores estratégicos, buscando sempre a solidez e sustentabilidade dos negócios, sem perder de vista nossa essência cooperativista.

Acreditamos que em 2023, podemos construir mais um capítulo dessa história de sucesso, por isso, contamos com você cooperado, para que juntos, unido pelos mesmos propósitos, consigamos alcançar novas conquistas e realizações!

Um grande abraço cooperativista!

Ronaldo Alves da Silva
Presidente do Conselho de Administração do Sicoob Coopjus

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Presidente do Conselho de Administração

Ronaldo Alves da Silva



Vice-presidente do Conselho de Administração

Antônio Cláudio dos Santos Rosa



Conselheira Administrativo

Áurea Maria Parreira



Conselheiro Administrativo

Frederico Gomes Jabbur



Conselheiro Administrativo

Márcio David Carvalho



Conselheiro Administrativo

Nestor Santiago Santos



Conselheiro Administrativo

Roberto Rodrigues da Costa



Conselheiro Administrativo

Sérvio Túlio de Freitas Vanucci

CONSELHO FISCAL



Conselheira Efetivo

Cláudia Maria Diniz Couto



Conselheiro Efetivo

Hebe-Del Kader Batista Bicalho



Conselheiro Efetivo

José Milton dos Santos



Conselheiro Suplente

Ariane Miranda Rabelo Nésio



Conselheiro Suplente

Juliano Andrade Maria



Conselheiro Suplente

Irene Miguel Inocência

DIRETORIA EXECUTIVA



Diretora-Geral

Regina Dinelli



Diretora Administrativa

Suzan Junqueira



Diretora Financeira

Fernanda Oliveira

SOBRE O SICOOB COOPJUS

O Sicoob Coopjus até setembro de 2022 era composto por integrantes dos Órgãos e Entidades do Poder Judiciário, das Funções Essenciais à Justiça, do Poder Executivo e do Poder Legislativo, todos da União, bem como da administração pública federal direta, indireta e fundacional localizadas no Estado de Minas Gerais. Atualmente após a aprovação da Assembleia, passou a compor o grupo de cooperativas de livre admissão do sistema Sicoob, sob a denominação de Cooperativa de Crédito Livre Admissão Sicoob Coopjus Ltda.

Com esta abertura estatutários podem se associar à Cooperativa:

1. os aposentados que, quando em atividade, preenchiam as condições estatutárias de associação;

2. os pensionistas de associados vivos ou falecidos, e os pensionistas de falecidos, cujos instituidores de pensão preenchiam as condições estatutárias de associação;

3. o cônjuge ou companheiro, o dependente legal, o viúvo e os parentes de associados por consanguinidade ou afinidade, em linha reta, colateral, até o 4º grau;

4. os empregados da própria Cooperativa e as pessoas físicas que a ela prestam serviços em caráter não eventual, equiparados aos primeiros para os correspondentes efeitos legais;

5. os empregados das entidades associadas à Cooperativa e daquelas de cujo capital a Cooperativa participe direta ou indiretamente, bem como as pessoas físicas prestadoras de serviços em caráter não eventual a essas entidades;

6. os servidores ou empregados públicos cedidos de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, aos órgãos especificados na composição do quadro social da Cooperativa;

7. os servidores ocupantes de cargo em comissão, não integrantes do quadro de pessoal dos órgãos previstos no campo de ação da Cooperativa;

8. os empregados públicos dos órgãos previstos no campo de ação da Cooperativa;

9. as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, as pessoas jurídicas controladas pelos associados pessoas físicas, e seus respectivos empregados, sócios e proprietários;

10. as pessoas jurídicas que prestam serviços à Cooperativa em caráter não eventual e seus respectivos empregados, sócios e proprietários, equiparados aos empregados da Cooperativa para os correspondentes efeitos legais;

11. os empregados que prestam serviços aos associados, desde que o vínculo empregatício esteja legalmente anotado em sua CTPS;

12. os estudantes de cursos superiores de áreas afins, complementares ou correlatas às que caracterizam as condições de associação das pessoas naturais definidas no artigo 9º do nosso estatuto social;

13. todas as pessoas naturais ou jurídicas do município de Belo Horizonte.



MAIS DE
4790
COOPERADOS

54
COLABORADORES

PATRIMÔNIOLÍQUIDO (PL)
R$ 69.8
MILHÕES

ATIVOS TOTAIS
R$ 227.1
MILHÕES

OPERAÇÃO DE CRÉDITO
R$ 141.5
MILHÕES

DEPÓSITOS À VISTA
R$ 14.4
MILHÕES

DEPÓSITOS A PRAZO
R$ 134.7
MILHÕES

MISSÃO

Oferecer soluções financeiras adequadas com experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.

VISÃO

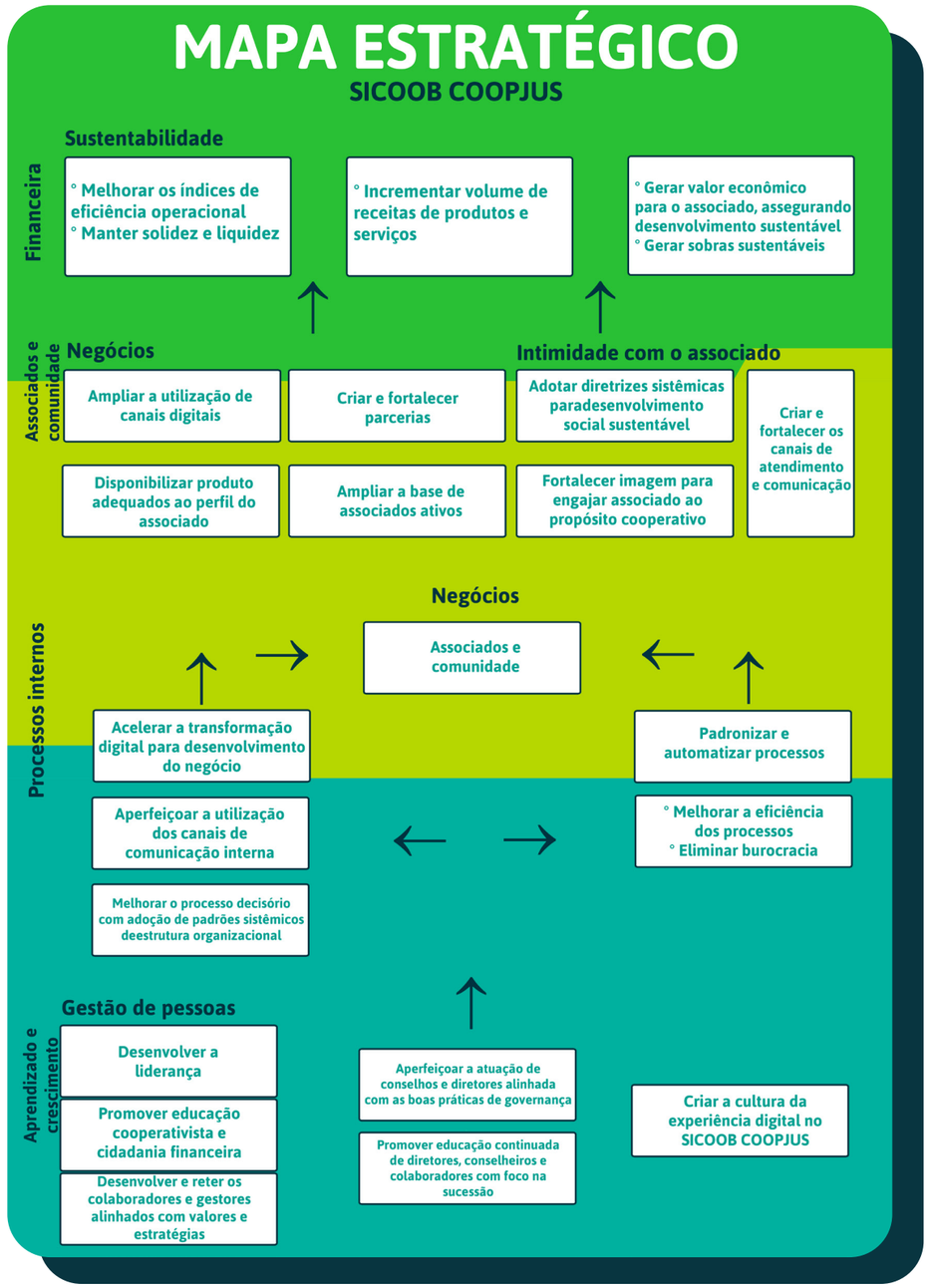
Ser a principal instituição financeira do cooperado, referência na promoção do desenvolvimento econômico e social para pessoas e comunidade.

VALORES

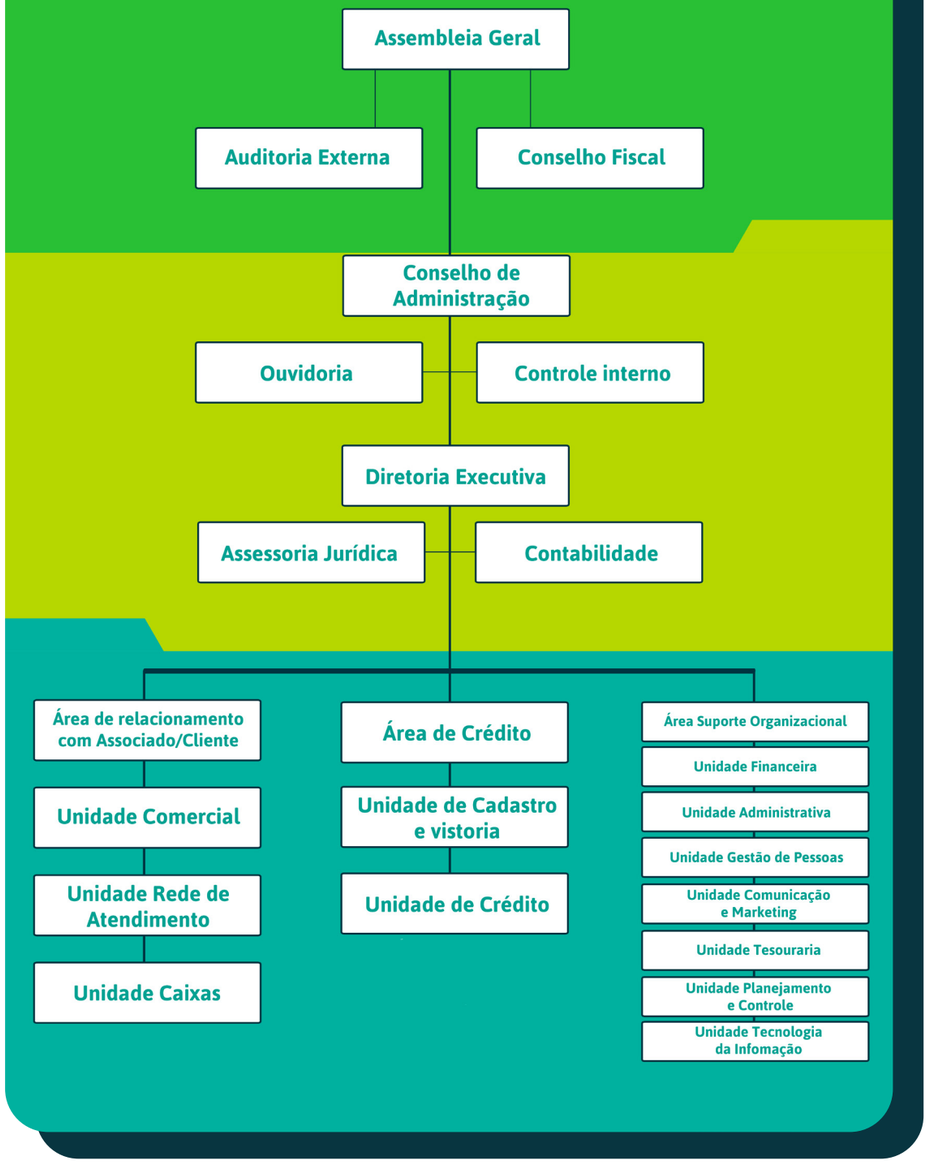
Transparência | Comprometimento | Respeito | Ética | Solidariedade | Responsabilidade | Liderança responsável | Inovação e simplicidade | Preservação da natureza | cooperativa do negócio.



MAPA ESTRATÉGICO
SICOOB COOPJUS



ORGANOGRAMA
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO SICOOB COOPJUS



PRODUTOS E SERVIÇOS

PESSOA FÍSICA



CONTAS
Sua porta de acesso a um mundo de produtos e serviços modernos, econômicos e sob medida para suas necessidades. Além disso, você tem direito a taxas reduzidas, cheque especial, pacotes de serviços adequados ao seu perfil e atendimento personalizado.



CARTÕES
Tenha sempre à mão um cartão feito para você, com condições justas, limites personalizados, programa de prêmios, um aplicativo exclusivo de gestão e vantagens especiais que só o Sicoob Coopjus pode oferecer.



CRÉDITO
Seja qual for a sua necessidade, aqui você encontra a solução. São opções de Crédito Pessoal, Crédito Consignado e Antecipação de recebíveis com excelentes taxas e um atendimento exclusivo! Para sua viagem, adequação de despesas de início de ano, pagamento de impostos, antecipações de imposto de renda e 13° e muito mais.



SEGUROS
No Sicoob Coopjus você encontra um portfólio completo que vai desde Seguro Viagem até Empresarial. Por meio do Sicoob Corretora, temos acesso a produtos das maiores e melhores seuradoras do país. Tudo para você levar uma vida mais tranquila.



CONSÓRCIOS
Adquira sua casa, veículo, moto, bem ou serviços por meio do nosso Consórcio. Vantagens e segurança garantidas.



SERVIÇOS
Conte com o DDA (Débito Direto Autorizado), Pix, cobrança bancária, cartão virtual, saque sem cartão, consultoria financeira e muito mais!



INVESTIMENTOS
Comece a investir hoje mesmo: RDC, Poupança, Tesouro Direto, Fundos de Investimento e LCA.



CÂMBIO DE MOEDA ESTRANGEIRA
O Sicoob Coopjus, em parceria com a Cotação Câmbio, oferece a você os melhores produtos e serviços em câmbio. Tudo para você aproveitar ainda mais suas viagens internacionais.



PREVIDÊNCIA
Garanta um futuro tranquilo e promissor para você ou sua família com os planos e Previdência do Sicoob Coopjus.

PRODUTOS E SERVIÇOS

PESSOA JURÍDICA

CONTAS
Essencial para a gestão do seu caixa, a Conta Corrente do Sicoob Coopjus é ideal para todos os perfis de negócios. Por meio do seu extrato, as conferências diárias ficam muito mais fáceis, principalmente quando são consultadas pelo aplicativo Sicoob.

CARTÕES
Organize as despesas da sua empresa com o Sicoobcard nas bandeiras Mastercard e Visa. Com eles, o controle de gastos fica muito mais simples!

CRÉDITO
Capital de giro, antecipação de recebíveis e microcrédito. O Sicoob Coopjus possui linhas de crédito com prazos e condições adequadas à necessidade de caixa do seu negócio.

SEGUROS
Com os Seguros do Sicoob Coopjus, você conta com as melhores soluções para cuidar bem de cada recurso do seu negócio. São diversos planos e coberturas sob medida para pequenas, médias e grandes empresas e, claro, para quem faz tudo funcionar: seu sócios e colaboradores.

INVESTIMENTOS
Comece a investir hoje mesmo: RDC, Poupança, Tesouro Direto, Fundos de Investimento e LCA.

COBRANÇA BANCÁRIA
Com a Cobrança Bancária, que funciona por meio de boleto bancário, sua empresa tem uma preocupação a menos no dia a dia e pode faturar muito mais.

SIPAG
Com o Sipag, você antecipa seus recebimentos pelo celular e aproveita soluções integradas de pagamento para negócios que visam prosperar e crescer com benefícios e economia.

ATENDIMENTO

ATENDIMENTO SICOOB COOPJUS

E-mail: atendimento@sicoobcoopjus.com.br
Telefone/WhatsApp: (31) 2129-8585
Demais localidades: 0800 701 0717
Atendimento de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h
Site: www.sicoob.com.br/web/sicoobcoopjus

POSTO DE ATENDIMENTO MATRIZ

Av. Getúlio Vargas, 258 – 10° andar - Funcionários – Belo Horizonte - MG
Segunda a sexta-feira, das 9h às 17h
Horário de funcionamento dos caixas: 10h às 16h

ESPAÇO COOPERATIVO T.R.E

Av. Prudente de Morais, 320 - Cidade Jardim – Belo Horizonte - MG
Segunda a sexta-feira, das 9h às 17h*
Horário de funcionamento dos caixas: 9h às 16h30
*Atendimento exclusivo para servidores do órgão

POSTO DE ATENDIMENTO BARRO PRETO

Av. Augusto de Lima, N° 1568, sala 810 - Barro Preto
Belo Horizonte - MG
De segunda a sexta, das 9h às 17h
Horário de funcionamento dos caixas: 10h às 16h

ESPAÇO COOPERATIVO JUSTIÇA FEDERAL

Av. Álvares Cabral, 1741, Santo Agostinho / Prédio ERA, 2° andar
Segunda a sexta-feira, das 9h às 17h*
Horário de funcionamento dos caixas: 9h às 16h30
*Atendimento exclusivo para servidores do órgão



PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTO



2004

2° Lugar no II Prêmio Redação Cooperativista do Futuro.

2006

1° Lugar no Prêmio Comunicação Cooperativista – Categoria Site.

2010

2° Lugar no Prêmio Concred Verde 2010 – Categoria Melhor Cooperativa na Responsabilidade Social e 3° lugar na Categoria na Responsabilidade Ambiental.

2012

1° Lugar na Etapa Estadual e o 3° Lugar na Etapa Nacional do Prêmio Cooperativa do Ano 2012 no projeto Cadastro de Doadores Voluntários de Medula Óssea.

2016

3° Lugar no Prêmio Concred Verde, categoria Economia Funcional - Programa de Educação Financeira e Consumo Consciente - Estratégias Desenvolvidas pelo Sicoob Coopjus.

2021

Prêmio SomosCoop Excelência em Gestão 2021-2022, categoria prata - Primeiros Passos para a Excelência;

2022

Cooperativa certificada pelo Great Place to Work (GPTW)
Jan/2022 – Jan/2023 a nível Brasil.

O projeto “Gincana Cooperativista: Fazer o bem faz bem” recebeu o selo Selo Instituto Sicoob como reconhecimento do impacto social positivo que ele gera.

GENTE SICOOB COOPJUS

Em nosso Planejamento Estratégico, na perspectiva de pessoas, temos como um dos principais objetivos: desenvolver e reter colaboradores e gestores alinhados aos valores e a estratégia da Cooperativa, visto que é essencial para o sucesso e a perenidade do Sicoob Coopjus ter pessoas mais qualificadas, a fim de gerar melhores resultados e contribuir para o alcance das metas e dos nossos objetivos.

Desse modo, o Sicoob Coopjus seguiu firme em 2022 no acompanhamento do processo de desempenho de sua equipe por meio do Programa de Gestão do Desempenho – PGD, uma vez que, esse processo é cíclico e contínuo, garantindo trabalhar o presente para conquistarmos um futuro ainda mais assertivo. Alinhando ao PGD foram realizadas um total de 5817 horas de treinamentos e capacitações para colaboradores, diretores e conselheiros.

Neste ano também o Sicoob Coopjus foi certificado pela Great Place to Work - GPTW como uma das melhores empresas para se trabalhar no Brasil a partir de uma pesquisa de clima feita com seus colaboradores. Há mais de três décadas, estamos evoluindo e chegamos todos juntos nesta certificação, por meio de muita cooperação e comprometimento, que resultou no selo de reconhecimento.

Essa foi a primeira participação da Cooperativa na pesquisa Great Place to Work Brasil e a certificação simboliza um passo importante do Sicoob Coopjus na dimensão gestão de pessoas. Ainda há muito que se fazer, estamos constantemente na busca de um ambiente cada vez melhor e mais saudável para se trabalhar, por meio de uma cultura de confiança, transparência, alto desempenho e inovação.

A Cooperativa investiu em programas de gerenciamento de riscos e de prevenção em saúde física e mental, realizando treinamentos e palestras psicoeducativas de autocuidado com o objetivo de auxiliar e apoiar os funcionários no enfrentamento de crises com positividade. Mantivemos a divulgação de materiais educativos relacionados à proteção individual e coletiva, favorecendo a aprendizagem de todos os colaboradores no combate ao Covid-19. A cooperativa, ainda, promoveu a campanha de vacinação contra gripe, uma maneira segura e eficaz, que minimiza não só a incidência de casos como também a gravidade e a mortalidade em alguns grupos de idade, além de reduzir o impacto da epidemia. Ministramos treinamento de segurança pessoal, em parceria com a Polícia Militar, com medidas de autoproteção e prevenção da criminalidade em diversas situações. Também foram selecionados dez colaboradores de cada unidade de trabalho, para capacitação de primeiros socorros, com objetivo de prepará-los para agir de forma correta em situações de emergência dentro do ambiente laboral, prestando os cuidados imediatos necessários e evitando o agravamento de estado de saúde da vítima até a chegada de assistência médica profissional.

Neste ano foi realizado o 1° Negociar Sicoob Coopjus da unidade de negócios, com orientações sobre o portfólio de produtos e dicas estratégicas para a atuação assertiva da equipe junto ao nosso cooperado.

Cumprindo o 5° Princípio do Cooperativismo (Educação, Formação e Informação), com o objetivo de capacitar e orientar os nossos cooperados e colaboradores realizamos durante o ano palestra de Educação Financeira e consultorias financeiras individuais com profissional independente, com o objetivo de fornecer orientações sobre as finanças pessoais e familiares para que se tenha a melhor qualidade de vida a curto, médio e longo prazo, bem como a consciência de cada oportunidade e uso consciente do dinheiro.

Visando construir uma cultura contra a lavagem de dinheiro, por meio da mobilização de todos, foram realizados treinamentos sobre a Prevenção à Lavagem de Dinheiro/PLD para toda equipe do Sicoob Coopjus.

Buscando o engajamento e interação de todos os integrantes do Sicoob Coopjus, realizamos ações presenciais temáticas, tais como: a apresentação de resultados e a confraternização de Fim de Ano 2022, eventos interativos e que reforçaram a prática da cooperação e do cooperativismo.



INDICADORES DE GESTÃO DE PESSOAS

54
COLABORADORES



17 funcionários com Ensino Médio Incompleto e/ou Superior Incompleto

18 funcionários com Superior Completo

19 funcionários com Pós-Graduação e/ou Mestrado

Treinamento e Desenvolvimento

Colaboradores: 4585 horas
Conselheiros e Diretoria Executiva: 1232 horas de curso | 17 participantes

Movimentação de Pessoas

13
promoções horizontais /verticais

Programa de Gestão de Desempenho - PDG 2022

46
avaliações e feedbacks

Recrutamento e Seleção

27
profissionais do mercado foram recrutados

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Com o objetivo de orientar os cooperados no planejamento e na administração das finanças pessoais, o Sicoob Coopjus oferece consultorias financeiras ministradas por um profissional especializado e independente. Assim, o cooperado pode realizar até 3 consultorias durante o ano nas dependências da Cooperativa ou em atendimento online

	ATENDIMENTOS	%
ENDIVIDAMENTO	18	41
INVESTIMENTOS	21	48
CONTROLE ORÇAMENTÁRIO	5	11

ENERGIA RENOVÁVEL

Com o objetivo de incentivar o uso de uma energia mais limpa, alternativa e sustentável, o Sicoob Coopjus lançou uma linha exclusiva para Financiamento de Energia Fotovoltaica.

Além de cooperar pela sustentabilidade do planeta, esse tipo de sistema pode reduzir em até 95% o valor da conta de energia.

Foram contratados mais de R$90 mil para implementação de projetos de energia limpa e sustentável. Todos os cooperados pessoas físicas e jurídicas estão aptos a parcelar em até 5 anos a instalação de um sistema fotovoltaico.



EVENTOS E AÇÕES

O ano de 2022, para o Sicoob Coopjus, proporcionou várias oportunidades de conhecimento, solidariedade e de interação. Podemos dizer que trabalhamos muito para que os sete princípios cooperativistas estivessem presentes. Certamente, dentre eles, o 6° princípio (Intercooperação) e também o 7° (Interesse pela Comunidade) se destacaram ao longo de todo o ano, em função às várias ações que realizamos pela Cooperativa.



No mês de janeiro promovemos uma campanha Doação de Sangue , que teve como objetivo fomentar a doação de sangue e contribuir para o sistema de saúde e suas equipes no pronto-atendimento àqueles que necessitam.



Em março de 2022, tiveramos a honra de receber a visita de duas Cooperativas: Sicoob Coopemg e Sicoob Credjus. As cooperativas visitantes conheceram a nossa política de crédito a fim de proporcionar melhorias de seus processos internos.



Nos meses de abril e maio, promovemos em parceria com o Advogado José Ramos dos Santos, oficinas gratuitas para auxiliar os cooperados e não cooperados na elaboração da declaração do Imposto de Renda. As oficinas contaram com a participação de 83 pessoas.



Em abril de 2022, foi reinaugurado o nosso o Posto de Atendimento no Barro Preto, situado no endereço à Av. Augusto de Lima, n° 1568, sala 810.



Ainda em abril de 2022, o Sistema Ocemg realizou o lançamento do Dia de Cooperar (Dia C), resgatando uma das características mais fortes do movimento, que é a interação e a cooperação entre as pessoas. O evento contou com uma programação diversa, com foco na apresentação de modelos inspiradores de estratégias de ações de responsabilidade social, considerando o contexto de sustentabilidade vivido nos dias de hoje e as necessidades das cooperativas se adaptaram aos novos modelos de negócios com impacto social por meio do Movimento Dia de Cooperar.



O Sicoob Coopjus esteve presente com um estande no Centro Universitário UNA - Campus Aimorés, levando um pouco do cooperativismo para os estudantes. A ação teve como objetivo apresentar e reforçar a parceria firmada entre o Sicoob Coopjus e a UNA, além de sanar dúvidas dos alunos e apresentar soluções financeiras.



No dia 29/04/2022, recebemos a visita do Sicoob COFAL para trocarmos experiências sobre PLD/FT – Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo.



Em 28 de junho de 2022, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária – AGE do Sicoob Coopjus, onde foram aprovados, em votação presencial e virtual, os seguintes itens: Alteração da Razão Social do Sicoob Coopjus para: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sicoob Coopjus Ltda; Alteração estatutária para ampliação da área de atuação e mudança para livre admissão; Exclusão do art. 30 A e reforma do art. 89; Alteração do percentual do Fundo de reserva; Aprovação da Política Institucional de Controles Internos e Conformidade.



Em comemoração ao Dia Internacional do Cooperativismo o Sistema Ocemg realizou a 10ª Corrida da Cooperação, que contou com a participação de colaboradores e cooperados do Sicoob Coopjus. O objetivo da Corrida da Cooperação foi de incentivar a prática do esporte alinhada ao espírito de solidariedade. Toda a arrecadação de alimentos gerada pelo evento é doada a instituições beneficentes de Belo Horizonte e Região Metropolitana.



No dia 04/08/22, a equipe do Sicoob Coopjus esteve presente no evento Intercooperação na prática, promovido pela Ocemg e pelo Sicoob Copermec. O objetivo dessa visita foi conhecer as boas práticas de gestão e de governança da cooperativa visitada além das trocas de experiências.



Em de agosto de 2022, os nossos colaboradores participaram do encontro direcionado para os jovens de 18 a 35 anos, cooperados, filhos de cooperados e colaboradores. O Encontro Estadual de Jovens Cooperativistas teve como finalidade estimular a participação dos jovens em debates relacionados ao cooperativismo, além de apresentar a sua importância e papel no desenvolvimento e sustentabilidade de empreendimentos.

Sabemos que união e a cooperação entre as instituições trazem mais força e desenvolvimento para todos. Em setembro de 2022, o Sicoob Coopjus participou do evento de aposentados promovido pela Associação de Oficiais e Avaliadores Federais da Justiça de Minas Gerais - Assojaf. Além de reforçar a nossa parceria com a Assojaf, foi possível conhecer melhor as necessidades dos associados aposentados.





Foi finalizado em outubro a edição 2022 do AprimoraCoop, programa idealizado pelo Sistema Ocemg com a finalidade de contribuir para a melhoria do Índice Sescoop de Governança e Gestão a partir do fortalecimento dos processos gerenciais das cooperativas participantes do PDGC. Nesse programa, o Sicoob Coopjus pode compartilhar as boas práticas entre as cooperativas reguladas, ressaltando a importância de uma gestão cada vez mais profissionalizadas e fiel à filosofia cooperativista.





A amor não tem forma, esta é a expressão vivenciada por 35 casais que participaram da cerimônia do Casamento Igualitário 2022, promovido pela Defensoria Pública de Minas Gerais em Belo Horizonte. A ação permite a legalização da situação civil e a realização do sonho do grande dia: a cerimônia nupcial. O evento contou a participação e colaboração do Sicoob Coopjus.

O Sicoob Coopjus realizou, em comemoração ao Dia do Servidor Público celebrado em 28/10, uma semana de atividades direcionadas aos servidores dos nossos órgãos de atuação. A ação, que ocorre anualmente, contou com: entrega de brindes e ação comercial nas unidades do Tribunal Regional do Trabalho - T.R.T; mesa de café e realização de Gincana no Tribunal Regional Federal - T.R.F; ação comercial na Defensoria Pública de Minas Gerais – D.P.M.G; entrega de cartões e bombons nas unidades do Tribunal Regional Eleitoral; visita comercial nos órgãos das cidades de Ipatinga, João Monlevade, Coronel Fabriciano e Itabira.





A cooperativa reforça seu compromisso com a promoção do bem-estar de seus cooperados e comunidades em todas as suas ações.









O Sicoob Coopjus, participou no evento do Centro Cooperativo Sicoob – CCS de Portas abertas em Brasília-DF, nos dias 6 e 7 de dezembro de 2022. Estiveram presentes: o presidente do Conselho de Administração, Ronaldo Alves, a Conselheira de Administração Áurea Parreira e os Conselheiros Fiscais Hebe-Del Kader e José Milton



A Gincana Cooperativista de 2022 do Sicoob Coopjus, escolheu a temática: Especial de Natal, participando da campanha “Papai Noel Existe e Posso Chamar de Você”, organizada pelos Correios há mais de 30 anos. Foram apadrinhadas um total de 40 crianças, que receberam de seus padrinhos, brinquedos e materiais escolares.

A Cooperativa também atuou como patrocinadora de alguns eventos em nossa comunidade, dentre eles podemos ressaltar a Olimpíada Nacional da Justiça do Trabalho e o Seminário dos Estudantes de Economia de Minas Gerais.



A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) ofereceu às mulheres assistidas pela DPMG a oportunidade de participar, gratuitamente, de cursos de capacitação em sete modalidades profissionalizantes: bolos e delícias, costura, escovista iniciante, massagem relaxante, maquiagem, designer de sobrancelhas e salgados. O trabalho contou com a doação de aventais pelo Sicoob Coopjus para realização dos cursos.

PESQUISA DE SATISFAÇÃO

A Pesquisa do Sicoob Coopjus é uma forma de conhecer e avaliar o grau de satisfação dos cooperados e entender as suas expectativas em relação à Cooperativa.

A partir dos resultados obtidos nas pesquisas realizadas em 2020, 2021 e 2022, foi possível fazer um comparativo dos resultados, evidenciando uma melhora na avalição geral do nível de satisfação do cooperado:

	SATISFEITO	TOTALMENTE SATISFEITO	
2020	25%	63%	88%
2021	24%	70%	94%
2022	23%	71%	94%

MAIS UM PASSO EM DIREÇÃO A EXCELÊNCIA.

94%
NÍVEL DE SATISFAÇÃO

O resultado não seria possível sem o desdobramento das seguintes ações:

Abertura de chamados junto ao Centro Cooperativo Sicoob - CCS, buscando melhoria nas aplicações do APP e do Internet Banking;

Melhoria das ações de marketing aplicados ao engajamento em redes sociais, notícias via site, boletins e informações financeiras;

A reformulação do boletim externo por meio da inclusão mensal de alguns dos temas sugeridos pelos cooperados. Além disso, foi criado o planejamento de conteúdo para redes sociais abordando dicas e orientações financeiras, além da divulgação dos produtos e serviços oferecidos;

Foi realizado um estudo de georreferenciamento de todos os terminais de autoatendimento da rede própria, rede cirrus, rede plus e do banco 24 horas e afixado em cada uma das unidades de atendimento para auxiliar os cooperados em suas demandas.

A Pesquisa de Satisfação 2022 permitiu identificar os itens da percepção do cooperado com relação aos nossos serviços prestados, atendimento, governança e qualidade dos produtos e a partir desses dados foi possível melhorar ainda mais a qualidade dos processos relativos cada um deles. Sabemos que temos um longo caminho a percorrer para aperfeiçoar cada item analisado e manter os que obtiveram índice satisfatório. Entretanto, pudemos observar que o esforço empenhado na tratativa dos problemas apontados na pesquisa realizada em 2020 deu resultado positivo, o que pode ser observado na presente análise da pesquisa realizada em 2022. O aumento do nível de satisfação em 8 pontos percentuais, ou seja, uma evolução de 14% com relação ao resultado medido em 2020.

A partir de agora, temos os seguintes desafios:

Manter ações massivas para divulgação do portfólio de produtos da cooperativa;

Rever a estratégia na divulgação de ações cooperativistas e sociais buscando maior aproximação e participação dos associados;

Fomentar as ações do marketing ao engajamento em redes sociais, notícias via site, boletins e informações financeiras;

Intensificar ações de comunicação com cooperado por meio dos três canais mais citados na pesquisa, sendo eles: WhatsApp, e-mail marketing e informações no site;
Criar mecanismos de acompanhamento e efetividade da consultoria financeira;

Continuar trabalhando nas OQS (organizações do quadro social) a fim de compreender melhor as expectativas dos associados, bem como trabalhar temáticas pré-assembleares;

Reduzir burocracia dos processos a fim de obter maior agilidade e resposta ao nosso cooperado;

Intensificar as viagens ao interior e realizar atendimentos por meio de coworking com o objetivo de estreitar o relacionamento e fidelização.

Manter o índice geral de satisfação na pesquisa a ser realizada em novembro de 2023 em relação ao resultado obtido em 2022;

E por fim, fomentar o trabalho para melhoria e crescimento na comercialização de produtos aumentando a visibilidade do nosso portfólio de produtos e serviços.

GANHO SOCIAL

Você sabia que o Sicoob Coopjus gera muitos benefícios aos seus cooperados? Tais como: taxas de juros e tarifas justas, investimentos rendem mais, quando comparados com a média do mercado, e o que sobra no fechamento do exercício é devolvido para os associados de forma proporcional aos serviços e produtos utilizados.

Além disso, parte dessas sobras são investidas na formação e educação dos cooperados e também das comunidades, por meio de ações cooperativistas, consultoria financeira, cursos e palestras, ações sociais, dentre outros.

Dessa forma, quando o cooperado realiza suas movimentações financeiras no Sicoob Coopjus, ele contribui para a geração de um resultado socioeconômico que é investido nele próprio e na comunidade de atuação da Cooperativa, favorecendo o surgimento de novos empregos, fomentando o empreendedorismo e o aumento da renda das famílias.
Com base no estudo e nas estimativas realizadas pelo Centro Cooperativo Sicoob - CCS, veja a economia que o Sicoob Coopjus gerou em 2022:

Os cooperados do Sicoob Coopjus economizaram mais de R$ 15,6 milhões em taxas de juros por escolherem tomar crédito na Cooperativa, em vez de utilizarem outras instituições financeiras tradicionais. Por exemplo, as taxas de juros para quem precisou recorrer ao cheque especial PJ, proporcionou uma economia em juros pagos, em média 81% ao ano, frente aos valores praticados no mercado.

Cobrando tarifas inferiores às do mercado financeiro tradicional, proporcionamos aos cooperados a economia de R$ 1 milhão e 600 mil reais. Esse dinheiro fica no bolso de cada cooperado para que ele invista nos seus sonhos, nos seus estudos e na sua família.

Também tiveram benefícios aqueles cooperados que aplicaram o seu dinheiro no RDC do Sicoob Coopjus, pois ganharam, em média 18% ao ano. Mais do que se tivessem investido no mesmo produto em outras instituições financeiras, o que gerou um ganho de R$ 2,2 milhões.

A Cooperativa gerou sobras líquidas, depois do Juros ao Capital (JCP) e das destinações do FATES e das Reservas, o valor de R$ 1,06 milhões, que serão distribuídos aos cooperados após aprovação da Assembleia.

Chegamos assim a um ganho de mais de R$ 20,5 milhões para os nossos cooperados que escolheram movimentar seus recursos e realizar suas operações no Sicoob Coopjus em 2022, número que demonstra solidez e crescimento, tanto para a Cooperativa quanto para os cooperados.

Total de Captação	R$ 2.207.214
Total Adquirência	R$ 12.558
Economia total	R$ 19.517.960
Total de juros	R$ 15.673.119
Total de tarifas	R$ 1.617.30
Total Consórcio	R$ 7.697
Sobras brutas à disposição	R$ 1.069.539
Economia total + Sobras brutas à disposição	R$ 20.587.499
Cooperados ativos	3693
Valor economizado (média por cooperado ativo)	R$ 5.575

PRESTAÇÃO DE CONTAS

NÚMERO DE COOPERADOS

Em relação a 2020, o Sicoob Coopjus evoluiu em 14% no número de cooperados.

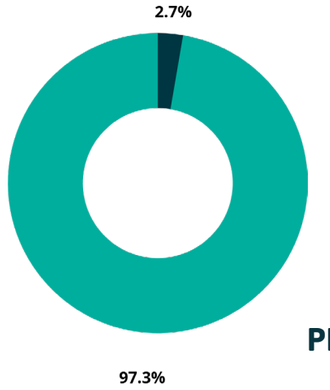
2020 4.184

3%

2021 4.309

11%

2022 4.790



PESSOA FÍSICA
97,3%

PESSOA JURÍDICA
2,7%

ATIVOS TOTAIS

A soma dos bens e direitos do Sicoob Coopjus é o que chamamos de ativos. Eles estão representados principalmente pelas operações de crédito dos cooperados e dos recursos investidos na Central Cecremge.
Alcançamos a marca de R$ 227,1 milhões em 2022, o que representa um crescimento de mais de 16 milhões no período.

2020 R$ 192.491.156

9%

2021 R$ 210.443.982

8%

2022 R$ 227.117.631

TOTAIS ATIVOS
227,1
MILHÕES

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Durante o ano, foram concedidos R$ 50,1 milhões em produtos de crédito, como financiamentos, cheque especial, empréstimos, dentre outros.
Dessa forma, alcançamos a marca de R$ 141,6 milhões de carteira de crédito, obtendo um crescimento de 5% em relação ao ano anterior.

2020 R$ 106.601.935

27%

2021 R$135.791.965

6%

2022 R$ 144.433.052

TOTAL DE CRÉDITO CONCEDIDO
50,1
MILHÕES

DEPÓSITOS TOTAIS (DEPÓSITOS À VISTA + DEPÓSITOS A PRAZO)

Os cooperados confiam cada vez mais na solidez do Sicoob Coopjus. Em 2022, os depósitos totais, que resulta do somatório das aplicações em RDC e do saldo mantido em conta corrente, cresceram 12% no período, alcançando o saldo de 149 milhões.

2020 R$ 120.322.387

10%

2021 R$ 132.923.557

12%

2022 R$ 149.272.883

FGCOOP
Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

PATRIMONIO LÍQUIDO

O patrimônio da Cooperativa permaneceu sem variações significativas durante o ano de 2022.

2020 R$ 65.340.782

7%

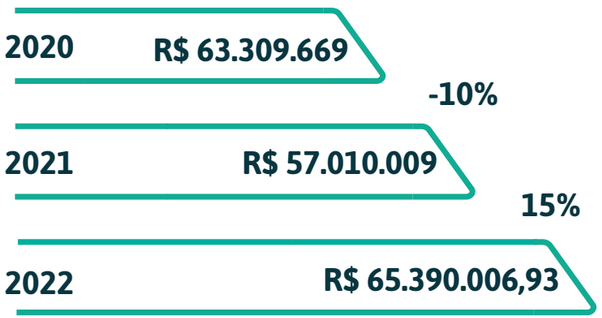
2021 R$ 70.002.013

0%

2022 R$ 69.882.256

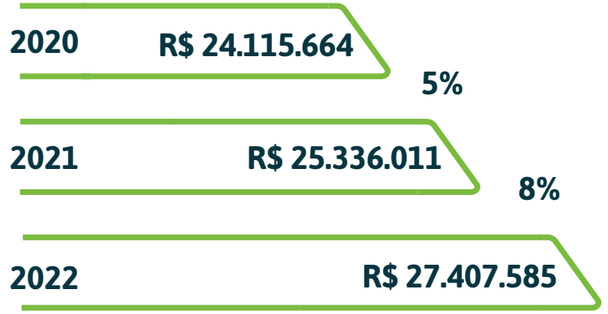
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA

O nosso saldo de centralização financeira (total de recursos investidos na nossa Central do Sicoob), cresceu 15% em relação ao exercício de 2021, totalizando 65,3 milhões.



RESERVA LEGAL

O valor da reserva legal, que é um fundo obrigatório por lei criado para dar suporte a situações emergenciais da Cooperativa, apresentou crescimento de 8% no período.



SOBRAS DO EXERCÍCIO

Mesmo em um ano desafiador, a Cooperativa alcançou o montante de 1.461.089,02 em resultados. Após destinações estatutárias, parte desse valor retorna para cada cooperado, de acordo com a sua movimentação.



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração 31 de dezembro de 2022

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO SICOOB COOPJUS LTDA.

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da cooperativa financeira SICOOB COOPJUS.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O SICOOB COOPJUS é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 97,07% nos níveis de “AA” a “C”.

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL CECREMGE e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 2022, o SICOOB COOPJUS registrou o total de 19 (dezenove) manifestações sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a cartão de crédito, conta corrente e operações de crédito. Das reclamações,11 (onze) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2022.

Unidade de Apresentação: reais.

Grandes números	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Resultados financeiros	-71,77%	1.461.089,02	5.175.024,22
Patrimônio Líquido	-0,17%%	69.882.256,48	70.002.013,32
Ativos	7,92%	227.117.631,35	210.443.981,68
Depósitos na Centralização Financeira	14,70%	65.390.006,93	57.010.008,90

Número de cooperados	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Total	11,16%	4.790	4.309

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Carteira Comercial	6,24%	144.000.259,64	135.540.310,53
Total	**6,24%**	**144.000.259,64**	**135.540.310,53**

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 6,92% da carteira, no montante de R$ 9.989.852,79.

Captações	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos à vista	-30,25%	14.486.004,22	20.767.279,85
Depósitos a prazo	20,18%	134.786.878,42	112.156.277,31
Total	**12,30%**	**149.272.882,64**	**132.923.557,16**

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 30,43% da captação, no montante de R$ 44.489.115,86.

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
	-0,65%	**65.314.885,02**	**65.739.720,79**

9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Conselho de Administração e Diretoria.

BELO HORIZONTE-MG, 31 de dezembro de 2022.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO SICOOB COOPJUS LTDA.
SICOOB COOPJUS
CNPJ: 25.363.615/0001-03
BALANÇO PATRIMONIAL
Em Reais

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		**227.117.631,35**	**210.443.981,68**
DISPONIBILIDADES	**4**	**276.039,03**	**237.486,15**
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**221.972.922,74**	**195.975.340,06**
Títulos e Valores Mobiliários	**5**	8.406.454,96	-
Relações Interfinanceiras	**4**	65.390.006,93	57.010.008,90
Centralização Financeira		65.390.006,93	57.010.008,90
Operações de Crédito	**6**	144.000.259,64	135.540.310,53
Outros Ativos Financeiros	**7**	4.176.201,21	3.425.020,63
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		**(2.685.852,82)**	**(1.383.150,02)**
(-) Operações de Crédito	**6.e**	(2.410.899,34)	(1.213.473,61)
(-) Outras	**7.1**	(274.953,48)	(169.676,41)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	**8**	**388.779,20**	**450.959,56**
OUTROS ATIVOS	**9**	**147.270,18**	**60.543,36**
INVESTIMENTOS	**10**	**-**	**7.854.964,69**
IMOBILIZADO DE USO	**11**	**9.227.845,40**	**9.173.477,99**
INTANGÍVEL	**12**	**201.505,15**	**294.039,42**
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	**11 e 12**	**(2.410.877,53)**	**(2.219.679,53)**
TOTAL DO ATIVO		**227.117.631,35**	**210.443.981,68**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**227.117.631,35**	**210.443.981,68**
DEPÓSITOS	**13**	**149.272.882,64**	**132.923.557,16**
Depósitos à Vista		14.486.004,22	20.767.279,85
Depósitos a Prazo		134.786.878,42	112.156.277,31
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**30.010,75**	**46.813,14**
Outros Passivos Financeiros	**14**	30.010,75	46.813,14
PROVISÕES	**16**	**3.355.099,04**	**2.950.014,95**
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	**17**	**343.289,87**	**264.817,31**
OUTROS PASSIVOS	**18**	**4.234.092,57**	**4.256.765,80**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**19**	**69.882.256,48**	**70.002.013,32**
CAPITAL SOCIAL	**19.a**	40.012.617,20	39.943.488,59
RESERVAS DE SOBRAS		28.800.100,67	26.558.934,72
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		1.069.538,61	3.499.590,01
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**227.117.631,35**	**210.443.981,68**

As Notas Explicativas da Administração são parte integra

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO SICOOB COOPJUS LTDA.
SICOOB COOPJUS
CNPJ: 25.363.615/0001-03
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS
Em Reais

	Notas	2 º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**14.088.773,50**	**26.408.915,00**	**19.534.660,45**
Operações de Crédito	**22**	10.834.212,32	20.465.284,78	16.925.355,57
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	**4**	3.254.561,18	5.943.630,22	2.609.304,88
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**22**	**(8.973.716,13)**	**(15.763.034,24)**	**(5.491.487,14)**
Operações de Captação no Mercado	**13.d**	(7.686.155,48)	(13.555.520,97)	(4.795.632,06)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(1.287.560,65)	(2.207.513,27)	(695.855,08)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**5.115.057,37**	**10.645.880,76**	**14.043.173,31**
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		**(4.548.851,88)**	**(8.795.984,91)**	**(7.068.834,16)**
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	**23**	722.733,03	1.287.659,13	1.265.425,50
Rendas de Tarifas	**24**	36.917,35	66.488,25	66.438,80
Dispêndios e Despesas de Pessoal	**25**	(3.477.353,35)	(6.649.972,40)	(5.044.087,85)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	**26**	(2.025.095,06)	(3.850.249,77)	(3.681.079,55)
Dispêndios e Despesas Tributárias	**27**	(117.801,53)	(216.013,93)	(200.705,16)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	**28**	629.138,76	1.157.371,81	1.012.869,98
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	**29**	(317.391,08)	(591.268,00)	(487.695,88)
PROVISÕES	**30**	**(63.218,45)**	**(77.693,70)**	**(52.351,82)**
Provisões/Reversões para Contingências		-	19.265,39	-
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(63.218,45)	(96.959,09)	(52.351,82)
RESULTADO OPERACIONAL		**502.987,04**	**1.772.202,15**	**6.921.987,33**
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	**31**	**(14.662,61)**	**(15.484,88)**	**(37.184,81)**
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		**488.324,43**	**1.756.717,27**	**6.884.802,52**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**32**	**(39.431,19)**	**(61.371,28)**	**-**
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(17.688,30)	(30.225,49)	-
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(21.742,89)	(31.145,79)	-
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		**448.893,24**	**1.695.345,99**	**6.884.802,52**
JUROS AO CAPITAL	**33**	**150.230,37**	**(234.256,97)**	**(1.709.778,30)**
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		**599.123,61**	**1.461.089,02**	**5.175.024,22**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demc

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO SICOOB COOPJUS LTDA.
SICOOB COOPJUS
CNPJ: 25.363.615/0001-03
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	RESERVAS PARA EXPANSÃO	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2020		**38.277.506,40**	**(30.098,50)**	**23.379.866,39**	**735.797,16**	**-**	**2.977.710,93**	**65.340.782,38**
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:								
Constituição de Reservas		-	-	738.326,54	-	444.384,39	(1.182.710,93)	-
Distribuição de sobras para associados		1.777.947,31	-	-	-	-	(1.795.000,00)	(17.052,69)
Movimentação de Capital:								
Por Subscrição/Realização		172.347,43	(28.024,56)	-	-	-	-	144.322,87
Por Devolução (-)		(1.906.173,63)	-	-	-	-	-	(1.906.173,63)
Estorno de Capital		(502,04)	-	-	-	-	-	(502,04)
Reversão/Realização de Reservas		**-**	**-**	**-**	**-**	**(444.384,39)**	**444.384,39**	-
Reversão/Realização de Fundos		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**132.443,41**	132.443,41
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**6.884.802,52**	6.884.802,52
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:								
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	(1.709.778,30)	(1.709.778,30)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		1.680.486,18	-	-	-	-	-	1.680.486,18
Destinações das Sobras do Período:								
Fundo de Reserva		-	-	1.217.817,59	-	-	(1.217.817,59)	-
Outras Destinações das Sobras do Período		-	-	-	487.127,04	-	(487.127,04)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	-	-	(243.563,52)	(243.563,52)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	-	(303.753,86)	(303.753,86)
Saldos em 31/12/2021		**40.001.611,65**	**(58.123,06)**	**25.336.010,52**	**1.222.924,20**	**-**	**3.499.590,01**	**70.002.013,32**
Saldos em 31/12/2021		**40.001.611,65**	**(58.123,06)**	**25.336.010,52**	**1.222.924,20**	**-**	**3.499.590,01**	**70.002.013,32**
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:								
Constituição de Reservas		-	-	1.223.619,91	-	475.970,10	(1.699.590,01)	-
Distribuição de sobras para associados		13.249,29	-	-	-	-	(1.800.000,00)	(1.786.750,71)
Movimentação de Capital:								
Por Subscrição/Realização		1.706.336,61	(19.238,92)	-	-	-	-	1.687.097,69
Por Devolução (-)		(1.861.530,84)	-	-	-	-	-	(1.861.530,84)
Estorno de Capital		(720,00)	-	-	-	-	-	(720,00)
Reversão/Realização de Reservas		**-**	**-**	**-**	**-**	**(475.970,10)**	**475.970,10**	**-**
Reversão/Realização de Fundos		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**370.901,83**	**370.901,83**
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.695.345,99**	**1.695.345,99**
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:								
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	(234.256,97)	(234.256,97)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		231.032,47	-	-	-	-	-	231.032,47
Destinações das Sobras do Período:								
Fundo de Reserva		-	-	847.955,03	-	-	(847.955,03)	-
Outras Destinações das Sobras do Período		-	-	-	169.591,01	-	(169.591,01)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	-	-	(84.795,50)	(84.795,50)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	-	(136.080,80)	(136.080,80)
Saldos em 31/12/2022		**40.089.979,18**	**(77.361,98)**	**27.407.585,46**	**1.392.515,21**	**-**	**1.069.538,61**	**69.882.256,48**
Saldos em 30/06/2022		**40.138.977,76**	**(57.420,90)**	**26.559.630,43**	**1.222.924,20**	**473.980,10**	**863.955,41**	**69.202.047,00**
Movimentação de Capital:								
Por Subscrição/Realização		865.731,69	(19.941,08)	-	-	-	-	845.790,61
Por Devolução (-)		(1.145.762,74)	-	-	-	-	-	(1.145.762,74)
Reversão/Realização de Reservas		**-**	**-**	**-**	**-**	**(473.980,10)**	**473.980,10**	**-**
Reversão/Realização de Fundos		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**370.901,83**	**370.901,83**
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**448.893,24**	**448.893,24**
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:								
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	150.230,37	150.230,37
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		231.032,47	-	-	-	-	-	231.032,47
Destinações das Sobras do Período:								
Fundo de Reserva		-	-	847.955,03	-	-	(847.955,03)	-
Outras Destinações das Sobras do Período		-	-	-	169.591,01	-	(169.591,01)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	-	-	(84.795,50)	(84.795,50)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	-	(136.080,80)	(136.080,80)
Saldos em 31/12/2022		**40.089.979,18**	**(77.361,98)**	**27.407.585,46**	**1.392.515,21**	**-**	**1.069.538,61**	**69.882.256,48**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO SICOOB COOPJUS LTDA.
SICOOB COOPJUS
CNPJ: 25.363.615/0001-03
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em Reais

	Notas	2 º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		**488.324,43**	**1.756.717,27**	**6.884.802,52**
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(63.917,60)	(84.141,84)
Provisões/Reversões p/Perdas Esperadas Assoc.ao Risco de Crédito		1.287.560,65	2.207.513,27	695.855,08
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		63.218,45	96.959,09	52.351,82
Provisões/Reversões para Contingências		-	(19.265,39)	-
Depreciações e Amortizações		180.295,31	348.559,30	314.015,42
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		**2.019.398,84**	**4.326.565,94**	**7.862.883,00**
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais				
Títulos e Valores Mobiliários		-	(551.490,27)	
Operações de Crédito		(484.419,49)	(9.044.197,08)	(29.353.319,09)
Outros Ativos Financeiros		(705.810,24)	(1.071.743,08)	(790.557,23)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		47.284,11	62.180,36	(106.417,99)
Outros Ativos		35.602,22	(86.726,82)	374.683,39
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Depósitos à Vista		791.517,76	(6.281.275,63)	2.656.665,33
Depósitos a Prazo		16.831.743,41	22.630.601,11	9.944.505,73
Outros Passivos Financeiros		(23.812,86)	(16.802,39)	46.460,96
Provisões		187.293,29	327.390,39	219.971,78
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		94.957,00	65.187,05	85.906,45
Outros Passivos		145.399,80	(256.930,20)	(1.424.045,65)
FATES - Atos Cooperativos		(84.795,50)	(84.795,50)	(243.563,52)
FATES - Atos Não Cooperativos		(136.080,80)	(136.080,80)	(303.753,86)
Imposto de Renda Pago		(17.554,84)	(27.420,44)	-
Contribuição Social Pago		(13.349,61)	(20.665,33)	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVID. OPERACIONAIS		**18.687.373,09**	**9.833.797,31**	**(11.030.580,70)**
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos Recebidos		-	63.917,60	13.977,61
Distribuição de Sobras da Central Recebidos		-	-	70.164,23
Aquisição de Intangível		(821,03)	(8.099,82)	(12.914,22)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(56.945,29)	(111.094,62)	(358.443,37)
Aquisição de investimentos				(1.116.723,80)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVID. INVESTIMENTOS		**(57.766,32)**	**(55.276,84)**	**(1.403.939,55)**
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		845.790,61	1.687.097,69	144.322,87
Devolução de Capital à Cooperados		(1.145.762,74)	(1.861.530,84)	(1.906.173,63)
Estorno de Capital		-	(720,00)	(502,04)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		-	(1.786.750,71)	(17.052,69)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		231.032,47	231.032,47	1.680.486,18
Reversão/Realização de Fundos		370.901,83	370.901,83	132.443,41
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVID. FINANCIAMENTOS		**301.962,17**	**(1.359.969,56)**	**33.524,10**
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**18.931.568,94**	**8.418.550,91**	**(12.400.996,15)**
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Ínicio do Período		46.734.477,02	57.247.495,05	69.648.491,20
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		65.666.045,96	65.666.045,96	57.247.495,05
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		**18.931.568,94**	**8.418.550,91**	**(12.400.996,15)**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO SICOOB COOPJUS LTDA.
SICOOB COOPJUS
CNPJ: 25.363.615/0001-03
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Em Reais

	Notas	2 º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		**448.893,24**	**1.695.345,99**	**6.884.802,52**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		**-**	**-**	**-**
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		**448.893,24**	**1.695.345,99**	**6.884.802,52**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO SICOOB COOPJUS LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em Reais

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO SICOOB COOPJUS LTDA.**, doravante denominado **SICOOB COOPJUS**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **28/05/1988**, filiada à **CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN n° 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

Em 02/09/2022 a Assembleia Geral aprovou a nova razão social para **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO SICOOB COOPJUS LTDA**, sendo que antes era denominada **COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO E DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS DA UNIÃO EM MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB COOPJUS**.

O SICOOB COOPJUS possui as seguintes unidades de atendimentos:

- Posto de Atendimento Matriz - Av. Getúlio Vargas, 258, sala 1002 – Funcionários, BH – MG;
- Espaço Cooperativo TRE - Av. Prudente de Morais, 320 - Cidade Jardim, BH – MG;
- Espaço Cooperativo Justiça Federal - Av. Álvares Cabral, 1741 – Santo Agostinho; BH – MG;
- Unidade Administrativa - Av. Getúlio Vargas, 258 - 6° andar, BH – MG.
- Unidade Administrativa - Av. Getúlio Vargas, 15 - 3° andar, BH – MG.
- Escritório de Negócios Barro Preto – Av. Augusto de Lima, 1568 sala 810, BH – MG.

O SICOOB COOPJUS tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

(i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas *Normas Brasileiras de Contabilidade* (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pela Lei Complementar nº 130/2009; e normas emanadas pelo BCB e

Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF*, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo *Comitê de Pronunciamentos Contábeis* - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33, 41 e 46. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 26/01/2023.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor a partir de durante o exercício de 2022

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020: a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020: a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020: a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

i) definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;

ii) sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021: a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021: a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

i) a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepõe outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desreconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações financeiras;

ii) a recepção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;

iii) na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:

a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;

b) mensurar os passivos:

b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;

b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto a designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional; a elaboração do plano de implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, além da sua aprovação e divulgação. O resumo do plano de implantação, conforme artigo 76 inciso II, é apresentado na nota nº 39.

Consolidação do Cosif: no intuito de conciliar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor a partir de 1º/7/2022: **Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável; **Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente; **Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa; **Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível; **Instrução Normativa nº 272, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido; **Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor; **Instrução Normativa nº 275, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

Em complemento, na data de 27/10/2022 o Banco Central do Brasil divulgou a **Instrução Normativa BCB n° 315**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor, em substituição à Instrução Normativa BCB nº 274 de 1/4/2022.

Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022: a norma altera a Lei Complementar nº 130 de 17/4/2009, integrando as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições sujeitas a autorização e normatização do Banco Central do Brasil; define o tratamento das perdas, no caso de incorporação; expande o campo de aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES; qualifica as quotas de capital como impenhoráveis e permite que os saldos de capital, de remuneração de capital e de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos sejam revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, após decorridos 5 (cinco) anos do processo de desligamento.

Os impactos foram avaliados e concluiu-se necessária a adequação de normatizações internas, cujo processo de elaboração e divulgação já está em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revoga a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda.

A mensuração dos impactos se dará através da análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não seja identificada perda provável, a reversão será indispensável. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificado de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

O estudo acerca das ações necessárias para atender o normativo foram iniciadas, porém aguarda novas instruções a serem emitidas pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor em 1º de março de 2023.

Resolução CMN n° 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

Apesar dessa conclusão prévia, o normativo está sendo analisado pela cooperativa e, em caso de alterações nas práticas adotadas, esses impactos serão considerados até a data de sua vigência. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência começa em 1º/1/2022.

Iniciou-se a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025, os quais serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022 e Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, tratados em separado nos normativos supracitados.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

O SICOOB COOPJUS contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

Embora o desaquecimento econômico, consequência das ações adotadas para conter a pandemia da Covid-19, tenha atingido diversos segmentos empresariais no Brasil e no mundo, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com o auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

A Cooperativa, visando administrar e conter os efeitos da crise, tomou diversas providências, destacando-se:

- Utilização da assinatura eletrônica;
- Criação do plano de continuidade do negócio e gestão de crise a fim de responder tempestivamente às mudanças devido à pandemia da covid-19;
- Revisão do Planejamento de Vendas e Metas Comerciais;
- Adoção do regime de trabalho híbrido;
- Foi criada o comitê de gestão de crise.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei n° 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável; e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representam aplicações de recursos em participações em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nª 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro rata die"*.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

u) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *"impairment"*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2022 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

y) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

z) Instrumentos Financeiros

O SICOOB COOPJUS opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

aa) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

• Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários	276.039,03	237.486,15
Relações interfinanceiras - centralização financeira	65.390.006,93	57.010.008,90
TOTAL	**65.666.045,96**	**57.247.495,05**

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e de 2021, registrados em contrapartida à receita de "Ingressos de Depósitos Intercooperativos", foram respectivamente:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos da Centralização Financeira	3.254.561,18	5.943.630,22	2.609.304,88

5. Títulos e Valores Mobiliários

a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as participações de cooperativas estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Participação Em Cooperativa Central De Crédito	0,00	7.675.057,81	0,00	0,00
Participação Em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa De Crédito	0,00	731.397,15	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**8.406.454,96**	**0,00**	**0,00**

(a) A partir de 1º/7/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Instrução Normativa BCB nº 269/2022. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição, conforme a Resolução CMN n° 4.817/2020.

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	29.211.000,29	113.076.016,81	**142.287.017,10**	25.913.948,38	109.281.571,73	**135.195.520,11**
Financiamentos	467.983,39	1.245.259,15	**1.713.242,54**	65.856,37	278.934,05	**344.790,42**
Total de Operações de Crédito	**29.678.983,68**	**114.321.275,96**	**144.000.259,64**	**25.979.804,75**	**109.560.505,78**	**135.540.310,53**
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.077.767,40)	(1.333.131,94)	**(2.410.899,34)**	(465.611,73)	(747.861,88)	**(1.213.473,61)**
TOTAL	**28.601.216,28**	**112.988.144,02**	**141.589.360,30**	**25.514.193,02**	**108.812.643,90**	**134.326.836,92**

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA	-	Normal	65.507.070,31	198.398,08	65.705.468,39		60.705.978,77	
A	0,5%	Normal	48.548.382,25	597.354,66	49.145.736,91	(245.728,68)	53.231.932,44	(266.159,66)
B	1%	Normal	10.353.885,47	377.062,53	10.730.948,00	(107.309,48)	10.410.945,85	(104.109,46)
B	1%	Vencidas	13.474,09	0,00	13.474,09	(134,74)	0,00	0,00
C	3%	Normal	13.837.748,94	501.448,59	14.339.197,53	(430.175,93)	9.561.439,70	(286.843,19)
C	3%	Vencidas	269.682,66	0,00	269.682,66	(8.090,48)	68.415,06	(2.052,45)
D	10%	Normal	1.512.618,70	0,00	1.512.618,70	(151.262,24)	772.808,72	(77.281,21)
D	10%	Vencidas	263.755,52	0,00	263.755,52	(26.375,55)	146.315,70	(14.631,57)
E	30%	Normal	116.811,36	0,00	116.811,36	(35.043,41)	24.980,95	(7.494,29)
E	30%	Vencidas	132.074,16	0,00	132.074,16	(39.622,25)	59.553,76	(17.866,13)
F	50%	Normal	383.146,35	0,00	383.146,35	(191.573,18)	49.071,66	(24.535,83)
F	50%	Vencidas	249.576,20	0,00	249.576,20	(124.788,10)	168.196,51	(84.098,26)
G	70%	Normal	63.077,70	0,00	63.077,70	(44.154,39)	18.086,48	(12.660,54)
G	70%	Vencidas	226.837,19	0,00	226.837,19	(158.786,03)	22.813,03	(15.969,12)
H	100%	Normal	291.965,32	0,00	291.965,32	(291.965,32)	84.943,27	(84.943,27)
H	100%	Vencidas	516.910,88	38.978,68	555.889,56	(555.889,56)	214.828,63	(214.828,63)
Total Normal			**140.614.706,40**	**1.674.263,86**	**142.288.970,26**	**(1.497.212,63)**	**134.860.187,84**	**(864.027,45)**
Total Vencidos			**1.672.310,70**	**38.978,68**	**1.711.289,38**	**(913.686,71)**	**680.122,69**	**(349.446,16)**
Total Geral			**142.287.017,10**	**1.713.242,54**	**144.000.259,64**	**(2.410.899,34)**	**135.540.310,53**	**(1.213.473,61)**
Provisões			**(2.350.119,80)**	**(60.779,54)**	**(2.410.899,34)**		**(1.213.473,61)**	
Total Líquido			**139.936.897,30**	**1.652.463,00**	**141.589.360,30**		**134.326.836,92**	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	9.930.541,51	19.280.458,78	113.076.016,81	142.287.017,10
Financiamentos	118.487,91	349.495,48	1.245.259,15	1.713.242,54
TOTAL	**10.049.029,42**	**19.629.954,26**	**114.321.275,96**	**144.000.259,64**

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2022	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	767.876,73	304.584,36	1.072.461,09	**0,74%**
Pessoa Física	141.519.140,37	1.408.658,18	142.927.798,55	**99,26%**
TOTAL	**142.287.017,10**	**1.713.242,54**	**144.000.259,64**	**100,00%**

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**-1.213.473,61**	-963.899,52
Constituições no período	-3.080.178,08	-1.338.662,89
Reversões	1.297.704,42	666.332,31
Transferência para prejuízo no período	585.047,93	422.756,49
Saldo Final	**-2.410.899,34**	**-1.213.473,61**

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Devedor	598.442,45	0,41%	624.131,19	0,46%
10 Maiores Devedores	5.424.743,24	3,76%	5.812.440,13	4,28%
50 Maiores Devedores	21.582.767,30	14,96%	22.567.941,52	16,62%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**1.235.106,37**	**873.567,07**
Valor das operações transferidas no período	897.157,04	422.756,49
Valor das operações recuperadas no período	-62.809,03	-61.217,19
Saldo Final	**2.069.454,38**	**1.235.106,37**

7. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	432.792,23	0,00	251.654,42	0,00
Rendas a Receber (b)	678.068,30	0,00	444.768,84	0,00
Títulos e Créditos a Receber (c)	4.791,53	0,00	1.085,00	0,00
Devedores por Depósitos em Garantia (d)	0,00	3.060.549,15	2.727.512,37	0,00
TOTAL	**1.115.652,06**	**3.060.549,15**	**3.425.020,63**	**0,00**

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados Rendas de Convênios (R$ 5.883,01), Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central (R$ 659.501,28) e Rendas de Transações Interfinanceiras (R$ 12.684,01);

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R$ 4.791,53);

(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Pis (R$ 375.621,99); Pis Folha (R$ 313.044,54); COFINS (R$ 1.577.044,25); e INSS (R$ 325.841,72) e cíveis/interposição de recursos fiscais (R$ 468.996,65).

7.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(274.953,48)	0,00	(169.676,41)	0,00
TOTAL	**(274.953,48)**	**0,00**	**(169.676,41)**	**0,00**

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
E	30%	Normal	42.839,83	42.839,83	(12.851,96)	0,00	0,00
E	30%	Vencidas	119.463,75	119.463,75	(35.839,13)	46.721,68	(14.016,52)
F	50%	Normal	21.859,66	21.859,66	(10.929,83)	0,00	0,00
F	50%	Vencidas	48.978,70	48.978,70	(24.489,35)	75.875,43	(37.937,72)
G	70%	Vencidas	29.356,95	29.356,95	(20.549,87)	37.783,81	(26.448,67)
H	100%	Vencidas	170.293,34	170.293,34	(170.293,34)	91.273,50	(91.273,50)
Total Normal			**64.699,49**	**64.699,49**	**(23.781,79)**	**0,00**	**0,00**
Total Vencidos			**368.092,74**	**368.092,74**	**(251.171,69)**	**251.654,42**	**(169.676,41)**
Total Geral			**432.792,23**	**432.792,23**	**(274.953,48)**	**251.654,42**	**(169.676,41)**
Provisões			**(274.953,48)**	**(274.953,48)**		**(169.676,41)**	
Total Líquido			**157.838,75**	**157.838,75**		**81.978,01**	

8. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	388.779,20	0,00	450.959,56	0,00
TOTAL	**388.779,20**	**0,00**	**450.959,56**	**0,00**

Em Impostos e Contribuições a Compensar estão registrados IRPJ - Saldo Negativo - Correção (R$ 211.137,31), CSLL - Saldo Negativo - Correção (R$ 138.938,20), IRRF Sobre Comissões - Intermediação Financeira (R$ 17.742,55), ISS - Impostos S/Serviços (R$ 343,43), COFINS (R$ 17.007,02), Pis a Compensar (R$ 2.844,72), IR Retidos (R$ 765,97).

9. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	7.732,44	0,00	7.567,13	0,00
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta (a)	722,77	0,00	8.312,48	0,00
Devedores Diversos – País (b)	92.185,79	0,00	3.795,97	0,00
Material em Estoque	1.298,00	0,00	1.214,00	0,00
Despesas Antecipadas (c)	45.331,18	0,00	39.653,78	0,00
TOTAL	**147.270,18**	**0,00**	**60.543,36**	**0,00**

(a) Em Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta estão registrados Fundo Fixo (R$ 722,77);

(b) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R$ R$ 92.185,66) e outros (R$ 0,13);

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

10. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Participação em Cooperativa Central De Crédito	0,00	7.187.486,06
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	0,00	667.478,63
TOTAL	**0,00**	**7.854.964,69**

(a) Em atendimento a Resolução CMN n° 4.817/2020 e Instrução Normativa BCB nº 269/2022, as Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo MEP, foram reclassificadas do grupo de Investimentos para o grupo de Títulos e Valores Mobiliários em 1º/7/2022.

11. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2022	31/12/2021
Imobilizado em Curso		0,00	125.442,95
Terrenos		1.006.800,00	1.006.800,00
Edificações	4%	5.847.444,85	5.847.444,85
Instalações	10%	568.705,65	540.376,63
Móveis e equipamentos de Uso	10%	726.246,25	763.058,03
Sistema de Processamento de Dados	20%	626.902,77	606.908,60
Sistema de Segurança	10%	26.607,68	16.408,35
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		425.138,20	267.038,58
Total de Imobilizado de Uso		**9.227.845,40**	**9.173.477,99**
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(794.969,65)	(718.030,81)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(390.969,47)	(339.440,58)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(971.771,14)	(903.816,93)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(121.002,80)	(46.515,08)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		**(2.278.713,06)**	**(2.007.803,40)**
TOTAL		**6.949.132,34**	**7.165.674,59**

12. Intangível

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o intangível estava assim composto:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Sistemas De Processamento De Dados	113.106,14	205.640,41
Sistemas De Comunicação E De Segurança	88.399,01	88.399,01
Intangível	**201.505,15**	**294.039,42**
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(132.164,47)	(211.876,13)
Total de Amortização de ativos Intangíveis	**(132.164,47)**	**(211.876,13)**
TOTAL	**69.340,68**	**82.163,29**

13. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista	14.486.004,22	0,00	20.767.279,85	0,00
Depósito a Prazo	134.141.026,20	645.852,22	112.156.277,31	0,00
TOTAL	**148.627.030,42**	**645.852,22**	**132.923.557,16**	**0,00**

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "*pro rata temporis*"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispêndios de captação no mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Depositante	20.956.523,70	14,33%	15.663.191,00	11,95%
10 Maiores Depositantes	35.648.267,65	24,38%	28.656.635,50	21,87%
50 Maiores Depositantes	61.440.140,30	42,02%	53.236.345,45	40,63%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Depósitos a Prazo	(7.583.612,47)	(13.353.401,69)	(4.607.843,42)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(102.543,01)	(202.119,28)	(187.788,64)
TOTAL	**(7.686.155,48)**	**(13.555.520,97)**	**(4.795.632,06)**

14. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros	0,03	0,00	0,03	0,00
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (a)	30.010,72	0,00	46.813,11	0,00
TOTAL	**30.010,75**	**0,00**	**46.813,14**	**0,00**

(a) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R$ 29.253,48); Estaduais (R$ 307,23); e operações com Títulos e Valores Mobiliários (R$ 450,01).

15. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB COOPJUS** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito e depósitos à vista e a prazo. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em **31 de dezembro de 2022** e **2021**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

16. Provisões

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	273.103,58	8.261,17	179.851,66	4.554,00
Provisão Para Contingências (b)	0,00	3.073.734,29	2.765.609,29	0,00
TOTAL	**273.103,58**	**3.081.995,46**	**2.945.460,95**	**4.554,00**

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa era responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Coobrigações Prestadas	20.119.037,14	17.356.723,76
TOTAL	**20.119.037,14**	**17.356.723,76**

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS	375.621,99	375.621,99	361.848,73	361.848,73
PIS FOLHA	302.305,19	313.044,54	245.464,95	256.204,30
COFINS	1.577.044,25	1.577.044,25	1.517.880,27	1.517.880,27
Outras Contingências	818.762,86	794.838,37	640.415,34	591.579,07
TOTAL	**3.073.734,29**	**3.060.549,15**	**2.765.609,29**	**2.727.512,37**

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB COOPJUS, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando **R$ R$ 43.326,51**. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

17. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	13.285,51	0,00	0,00	0,00
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	5.913,43	0,00	5.404,62	0,00
Impostos e Contribuições sobre Salários	268.768,58	0,00	210.970,59	0,00
Outros (a)	55.322,35	0,00	48.442,10	0,00
TOTAL	**343.289,87**	**0,00**	**264.817,31**	**0,00**

(a) Refere-se a outros os valores IRRF sobre aplicações financeiras, Pis, COFINS e ISS sobre receita de atos não cooperados.

18. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Transações	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	3.031.491,97	0,00	3.354.704,96	0,00
Cheques Administrativos	0,00	0,00	10,19	0,00
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	51.767,33	0,00	22.221,01	0,00
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	786.624,78	0,00	672.056,83	0,00
Credores Diversos – País (d)	364.208,49	0,00	207.772,81	0,00
TOTAL	**4.234.092,57**	**0,00**	**4.256.765,80**	**0,00**

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Juros ao Capital Próprio	8.797,89	0,00	8.797,89	0,00
Cotas de Capital a Pagar (a.1)	1.137.591,83	0,00	1.310.779,29	0,00
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.2)	1.885.102,25	0,00	2.035.127,78	0,00
TOTAL	**3.031.491,97**	**0,00**	**3.354.704,96**	**0,00**

(a.1) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.2) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF*. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registrados Despesas de Pessoal (R$ 676.814,43); Seguro Prestamista (R$ 55.521,09); Custos de Transações Interfinanceiras (R$ 13.930,58) e Fornecedores Diversos (R$ 40.358,68);

(d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar Banco Sicoob (R$ 18.922,50); Valores a Repassar à Cooperativa Central (R$ 16.888,08); Créditos de Terceiros (R$ 213.270,58) e outros (R$115.127,33).

19. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R$ 1,00 (cada) e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital Social	40.012.617,20	39.943.488,59
Associados	4.790	4.309

b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Reserva estatutária – Fundo de estabilidade

Representada pelas destinações estatutárias das sobras e utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **2022** em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2021** da seguinte forma:

• Fundo de Reserva, no valor de R$ 1.223.619,91;

• Fundo de Expansão, no valor de R$ 475.970,10;

• Distribuição de sobras aos associados, no valor de R$ 1.800.000,00.

e) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Sobra líquida do exercício	**1.461.089,02**	**5.175.024,22**
(-) Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES	(136.080,80)	(303.753,86)
(+) Absorção de Fates e Fundos Voluntários	370.901,83	0,00
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	**1.695.910,05**	**4.871.270,36**
(-) Destinação para o Fundo de Reserva	(847.955,03)	(1.217.817,59)
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos	(84.795,50)	(243.563,52)
(-) Destinação para Outras Reservas	(169.591,01)	(487.127,04)
(+) Absorção de Fates e Fundos Voluntários	0,00	132.443,41
(+) Reversão/Realização de Reservas	475.970,10	444.384,39
Sobra à disposição da Assembleia Geral	**1.069.538,61**	**3.499.590,01**

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

f) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado em percentual limitado a 100% da taxa referencial Selic para o exercício de **2022,** no montante de **R$ 234.256,97.** Os critérios para o pagamento obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020.

20. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado de atos não cooperativos possuía a seguinte composição:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços	1.592.165,22	1.199.424,08
Despesas específicas de atos não cooperativos	(854.264,97)	(353.178,43)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(522.286,40)	(437.663,52)
Resultado operacional	**215.613,85**	**408.582,13**
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(23.659,50)	(37.184,81)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**191.954,35**	**371.397,32**
(+) Despesas de Juros ao Capital	234.256,97	0,00
IRPJ/CSLL	(61.371,28)	0,00
Deduções - Res. Sicoob 129/16 e Res. 145/16	(228.759,24)	(67.643,46)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	**136.080,80**	**303.753,86**

21. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	8.624,87	13.514,00	3.773,18
Rendas de Empréstimos	10.606.531,76	20.028.798,58	16.715.039,39
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	40,59	40,59	0,00
Rendas de Financiamentos	126.015,87	178.109,16	2.691,74
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	92.999,23	244.822,45	203.851,26
TOTAL	**10.834.212,32**	**20.465.284,78**	**16.925.355,57**

22. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas De Captação	(7.686.155,48)	(13.555.520,97)	(4.795.632,06)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	431.399,82	659.897,81	501.604,80
Reversões de Provisões para Outros Créditos	27.025,73	58.765,92	13.559,03
Provisões para Operações de Crédito	(1.519.929,73)	(2.441.571,51)	(1.020.747,40)
Provisões para Outros Créditos	(226.056,47)	(484.605,49)	(190.271,51)
TOTAL	**(8.973.716,13)**	**(15.763.034,24)**	**(5.491.487,14)**

23. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Cobrança	21.639,88	49.083,35	53.907,22
Rendas de Serviços de Custódia	0,00	0,00	4.776,28
Rendas de Convênios	71.718,88	112.353,92	26.228,83
Rendas de Comissão	191.240,48	264.693,78	263.891,93
Rendas de Cartões	377.667,84	731.598,34	533.122,88
Rendas de Outros Serviços	60.465,95	129.929,74	383.498,36
TOTAL	**722.733,03**	**1.287.659,13**	**1.265.425,50**

24. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	0,00	0,00	45,00
Rendas de Serviços Prioritários - PF	30.862,90	58.584,70	58.508,50
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	6.054,45	7.903,55	7.885,30
TOTAL	**36.917,35**	**66.488,25**	**66.438,80**

25. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(312.000,00)	(577.500,00)	(308.133,33)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(179.023,14)	(324.023,14)	(245.200,00)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(455.653,75)	(900.182,85)	(612.291,18)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(739.517,06)	(1.369.890,32)	(1.044.489,03)
Despesas de Pessoal - Proventos	(1.760.090,18)	(3.420.375,60)	(2.824.489,85)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(9.835,89)	(19.618,36)	(9.407,64)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(21.233,33)	(38.382,13)	(76,82)
TOTAL	**(3.477.353,35)**	**(6.649.972,40)**	**(5.044.087,85)**

26. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Água, Energia e Gás	(15.380,91)	(33.554,77)	(28.509,59)
Despesas de Aluguéis	(96.510,05)	(184.517,34)	(146.268,36)
Despesas de Comunicações	(105.076,99)	(216.046,65)	(340.580,69)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(14.884,32)	(31.367,88)	(2.576,16)
Despesas de Material	(26.234,32)	(47.716,14)	(27.226,56)
Despesas de Processamento de Dados	(31.232,03)	(52.518,05)	(33.303,53)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(4.400,37)	(7.060,27)	(15.456,70)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(48.900,00)	(59.350,00)	(4.600,00)
Despesas de Seguros	(7.188,11)	(26.381,60)	(33.978,75)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(530.346,71)	(1.042.354,58)	(1.000.986,81)
Despesas de Serviços de Terceiros	(81.034,04)	(155.420,29)	(138.461,24)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(70.158,04)	(136.175,90)	(123.478,54)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(272.462,23)	(528.973,00)	(458.584,56)
Despesas de Transporte	(37.742,17)	(62.816,98)	(46.878,95)
Despesas de Viagem ao Exterior	(5.880,35)	(5.880,35)	0,00
Despesas de Amortização	(10.851,53)	(20.922,43)	(20.302,86)
Despesas de Depreciação	(169.443,78)	(327.636,87)	(293.712,56)
Outras Despesas Administrativas	(497.369,11)	(911.556,67)	(966.173,69)
TOTAL	**(2.025.095,06)**	**(3.850.249,77)**	**(3.681.079,55)**

27. Dispêndios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Tributárias	(29.677,60)	(61.496,34)	(57.561,53)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(36.687,56)	(62.808,20)	(60.001,05)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(29.350,04)	(50.246,55)	(47.999,67)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(22.086,33)	(41.462,84)	(35.142,91)
TOTAL	**(117.801,53)**	**(216.013,93)**	**(200.705,16)**

28. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de Encargos e Despesas	6.389,97	8.782,27	203.250,69
Dividendos	0,00	63.917,60	13.977,61
Distribuição de sobras da central	0,00	0,00	70.164,23
Outras rendas operacionais	44.443,18	63.608,19	34.339,62
Rendas oriundas de cartões de crédito e Adquirência	578.305,61	1.021.063,75	691.137,83
TOTAL	**629.138,76**	**1.157.371,81**	**1.012.869,98**

29. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Outras Despesas Operacionais	(71.552,88)	(201.542,44)	(342.713,92)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(1.730,50)	(2.404,10)	(765,62)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(3.814,61)	(16.419,63)	(11.772,93)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(240.293,09)	(370.901,83)	(132.443,41)
TOTAL	**(317.391,08)**	**(591.268,00)**	**(487.695,88)**

30. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Reversões de Provisões para Contingências	0,00	19.265,39	0,00
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	**(63.218,45)**	**(96.959,09)**	**(52.351,82)**
Provisões para Garantias Prestadas	(195.014,03)	(333.694,69)	(268.298,67)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	131.795,58	236.735,60	215.946,85
TOTAL	**(63.218,45)**	**(77.693,70)**	**(52.351,82)**

31. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Ganhos de Capital	4.087,31	4.087,31	22.263,09
(-) Perdas de Capital	(18.749,92)	(19.572,19)	(59.447,90)
TOTAL	**(14.662,61)**	**(15.484,88)**	**(37.184,81)**

32. Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para Imposto de Renda - Valores Correntes	(17.688,30)	(30.225,49)	0,00
Provisão para Contrib. Social - Valores Correntes	(21.742,89)	(31.145,79)	0,00
TOTAL	**(39.431,19)**	**(61.371,28)**	**0,00**

33. Despesas de Juros ao Capital

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
DESPESAS DE JUROS AO CAPITAL (TRIBUTÁVEL)	150.230,37	(234.256,97)	(1.709.778,30)
TOTAL	**150.230,47**	**(234.256,97)**	**(1.709.778,30)**

34. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

35. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

35.1 Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas no período:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2022:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	178.662,14	0,3478%	1,00
TOTAL	**178.662,14**	0,3478%	**1,00**
Montante das Operações Passivas	3.625.016,45	4,0405%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2022	
Empréstimos e Financiamentos	0,3503%
Aplicações Financeiras	4,0405%

b) Total geral das operações ativas e passivas**:**

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2022:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Conta Garantida	135.534,84	0,00	54,3652%
Empréstimos	331.287,82	35,69	0,2364%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	193.427,05	1,3385%	0%
Depósitos a Prazo	5.875.877,84	4,3594%	1,0550%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Relacionadas a.m.	Prazo medio (a.m)
Empréstimos	1,0914%	67,79
Aplicação Financeira - Pré Fixada	1,0442%	12,15
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	92,7090%	65,67

Conforme a *Política de Crédito do Sistema Sicoob*, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	135.547,94
Empréstimos	5.740,04

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2022	31/12/2021
Beneficiários de Outras Coobrigações	228.311,58	334.593,24

f) Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(179.023,14)	(324.023,14)	(245.200,00)

g) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

31/12/2022	31/12/2021
248.847,08	269.460,92

35.2 Cooperativa Central

A SICOOB COOPJUS, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada à SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL CECREMGE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB COOPJUS responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECREMGE:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	65.390.006,93	57.010.008,90
Ativo - Investimentos	0,00	7.187.486,06
Ativo - Participações de Cooperativas – Nota 5	7.187.486,06	0,00
Total das Operações Ativas	**72.577.492,99**	**64.197.494,96**

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECREMGE:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	3.254.561,18	5.943.630,22	2.609.304,88
Total das Receitas	**3.254.561,18**	**5.943.630,22**	**2.609.304,88**
Rateio de Despesas da Central	(169.917,69)	(426.608,11)	(523.261,55)
Total das Despesas	**(169.917,69)**	**(426.608,11)**	**(523.261,55)**

36. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência (PR)	65.314.885,02	65.739.720,79
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	161.361.925,15	149.777.649,62
Índice de Basiléia (mínimo 12%) %	40,48	43,89
Imobilizado para cálculo do limite	6.949.132,34	7.165.674,59
Índice de imobilização (limite 50%) %	10,64	10,90

37. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A *Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos* e a *Política Institucional de Gerenciamento de Capital*, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

37.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

37.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;

b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;

c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;

d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;

e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;

f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;

g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;

h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;

i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;

j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;

l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;

m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;

n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

37.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado* e do *Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;

b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;

b) os limites máximos do risco de mercado;

c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos cenários de estresse.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação, para avaliar a sensibilidade do risco a cenários de estresse.

37.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

37.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a *Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)* na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

37.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

37.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;

b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;

c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;

d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;

e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

38. Seguros Contratados

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

39. Plano Para a Implementação da Regulamentação Contábil Estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.966/2021, que alterará os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os principais conceitos da norma internacional "IFRS 9 – Instrumentos Financeiros".

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração de todas as Cooperativas participantes do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, durante o exercício de 2022.

a) Resumo do Plano de Implementação

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

Fase 1 - Avaliação (2022): Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

Fase 2 - Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de "DE-PARA" do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

Fase 4 – Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

Fase 5 – Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

Fase 6 – Adoção inicial (1º de janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma.

Belo Horizonte – MG.

FERNANDA DE OLIVEIRA GONÇAVES FREITAS
DIRETORA FINANCEIRA

WANDER MOREIRA VILELA DE BARROS PRATA
CONTADOR CRC-MG 048.651/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Parecer do Conselho Fiscal - Referência 2022

Ao Conselho de Administração

Os membros do Conselho Fiscal do SICOOB COOPJUS, conforme estabelece o artigo 91, IV, do Estatuto Social, tendo em vista o que se segue:

- O resultado das reuniões mensais de verificação dos relatórios de controle;
- A verificação dos relatórios de auditorias interna e externa;
- O exame dos documentos e conferência dos numerários que suportam as transações realizadas durante o exercício de 2022;
- A manifestação e proposição de medidas julgadas convenientes, oportunas e necessárias;
- A análise dos documentos contábeis que compõem as contas de encerramento do exercício - o Balanço Geral, a Demonstração de Resultado e os demais demonstrativos do exercício de 2022.

Opinam, pelo exposto, que as demonstrações contábeis refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB COOPJUS e são favoráveis à aprovação das contas do exercício de 2022 pela Assembleia Geral Ordinária.

Belo Horizonte, 14 de março de 2023.

Assinado D4Sign
Cláudia Maria Diniz Couto
Conselheira Efetiva

Assinado D4Sign
José Milton dos Santos
Conselheiro Efetivo

Assinado D4Sign
Hebe-Del Kader Batista Bicalho
Conselheiro Efetivo

Assinado D4Sign
Ariane Miranda Rabelo Nésio
Conselheira Suplente

Assinado D4Sign
Juliano Andrade Maria
Conselheiro Suplente

Assinado D4Sign
Irene Miguel Inocência
Conselheira Suplente

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sicoob Coopjus Ltda - SICOOB COOPJUS

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sicoob Coopjus Ltda - SICOOB COOPJUS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB COOPJUS em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 07 de março de 2023.

CNAC
Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa

Elisângela de Cássia Lara

Contador CRC MG 086.574/O

RELATÓRIO DE GESTÃO
SICOOB COOPJUS 2022

 @sicoobcoopjus

 @SicoobCoopjus

 /SicoobCoopjusBH

 (31) 2129-8585

SICOOB Coopjus